ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 2980/2023

Aos vinte dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte três, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de **GERMANO BREMM**, **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade** – **SMAMUS**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Ivan José da Silva (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus**; Fernanda Brito da Silveira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET**; Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Rafael da Silveira Velho (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Joel Goldenfum (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Ricardo Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Valdir Fiorentin (2ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Natan Arend (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Vinícius Teixeira Galeazzi (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.**

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barboza (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três**

– **RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.**

DEMAIS PARTICIPANTES:

Michele Rihan Rodrigues (Delegada), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; Onir de Araújo, **Frente Quilombola do Rio Grande do Sul**; e José Rodolfo Fork, **Arado Empreendimentos**.

SECRETARIA EXECUTIVA:

Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretária Executiva da SMAMUS**; e Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Votação:

3.1. Atas 2976 (20/06), 2977 (27/06) e 2978 (04/07);

4. Ordem do dia.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h14min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. São 18h14min, temos *quorum*. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a todos. O nosso retorno, então, após algumas semanas que tivemos que suspender as nossas reuniões em função das Assembleias do Orçamento Participativo, que estavam conciliando com agenda do Conselho. A gente entendeu da importância de liberar os Conselheiros dentro das suas regiões para participarem da agenda do OP. Então, suspendemos os nossos trabalhos e no dia de hoje retomamos a nossa dinâmica. Eu queria, antes de fazer a leitura, a chamada dos presentes,

dizer que temos inscrições externas para fazerem uso do período de Comunicação. E queria já de início aqui antecipar uma novidade, que eu tenho certeza que vai ser bem recebida por todos os Conselheiros, que é o retorno, para aqueles que estão há mais tempo nesta dinâmica dos conselhos, das regiões, da Ruth. A Ruth, que foi da Secretaria de Urbanismo, SPM, enfim, a responsável por fazer a condução da reunião dos fóruns das regiões, fazer essa interlocução com os Conselheiros. Então, a gente, entendendo que também com o retorno da pandemia, da importância de ter esse acesso mais comunitário, de trazer e construir o retorno da Ruth aqui para a Secretaria. A Ruth topou esse desafio, então, ela vem aí para agregar e ficar como ponto focal dos Conselheiros, organizar a reunião. Claro, ao longo dos próximos dias a Ruth vai entrando em contato, enfim, conversando individualmente, entendendo um pouquinho a dinâmica que se faça encontros, no mínimo trimestral, enfim, ver uma dinâmica de rotina de reunião dos fóruns. A Ruth faz as convocações aqui para os delegados das regiões, para a gente retomar esse braço também comunitário. E a gente que está em revisão de Plano Diretor, enfim, eu acho que vem bastante a agregar. Eu sei que era uma demanda antiga de vocês também para que tivesse esse olhar um pouquinho mais comunitário junto ao Conselho e esse apoio na dinâmica, o monitoramento das reuniões dos fóruns, dos Conselheiros. Então, seja bem-vinda! **Ruth Ourique Feijó, Diretoria de Planejamento Urbano – SMAMUS:** Muito obrigada. Cumprimento a todos, os que eu já conheço, os que nós já tínhamos anteriormente algumas regiões de fórum lá no CMDUA. Então, fica à disposição, alinhando, claro, junto com a Secretaria. Fiquei praticamente 7 anos afastada, mas sempre pensando naquele trabalho, que o Germano continua e vocês estão aí tocando á frente, que é muito importante para a cidade. Eu me disponho a ajudar no que for possível aqui dentro deste trabalho comunitário e nos Fóruns de Planejamento, que era um trabalho que a gente tinha juntos. Agradeço a oportunidade e atenção, principalmente do Secretário, juntamente com as novas colegas que acabei conhecendo hoje. Então, uma boa noite a todos, a Patrícia, que já conheço, vários Conselheiros. Um grande abraço e o que estiver ao meu alcance eu me coloco à disposição. Um bom trabalho. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** É isso aí, Ruth. Obrigado pelo teu apoio, a parceria. Não tenho dúvida que vai ser muito contributivo o teu retorno. A Ruth, então, vai ficar junto à Diretoria de Planejamento Urbano, ali com a Patrícia, que tem essa responsabilidade de conduzir, enfim, organizar toda a dinâmica de trabalho dos conselhos, da própria revisão do Plano Diretor agora em curso. Então, eu acho que amanhã, enfim, depois,

se faz uma reunião de alinhamento ali com a Patrícia e o time para organizar um pouquinho essa dinâmica dos trabalhos. Devagarinho vai conversando individualmente com cada um dos Conselheiros para de fato se efetivar uma rotina produtiva de trabalho. Bom, dando seguimento aqui a nossa dinâmica da reunião, vou fazer a leitura aqui rapidamente dos presentes. [Relação dos presentes na inicial]. São esses os Conselheiros presentes, se faltou alguém, por favor, faça um indicativo no chat para a gente consignar aqui a presença. Temos inscritos aqui, então, também para o período de Comunicação Externa o Onir de Araújo, do Quilombo Caddie; a Michele Rihan, Delegada da Região Oito e Rodolfo Fork também inscrito para fazer uso da palavra. E interno ao período de Comunicação nosso, o interno, temos o Conselheiro Mark, Conselheiro Felisberto e Conselheiro Vinícius. Consulto se temos mais algum Conselheiro para fazer uso, antes da gente encerrar as inscrições das comunicações externas? Os Conselheiros Gomes e Emerson inscritos. A Claudete também inscrita. São esses? Encerramos ali no chat a inscrição e de imediato oportunizo a fala para o Onir. Por favor, Onir, cinco minutos, com a palavra.

2. COMUNICAÇÕES;

Onir de Araújo, Frente Quilombola do Rio Grande do Sul: Boa noite, Secretário. Boa noite, Senhora Ruth. Boa noite, Conselheiros e Conselheiras. Meu nome é Onir de Araújo, sou advogado, faço parte da Frente Quilombola do Rio Grande do Sul. É uma honra estar contribuindo para esta reunião do Conselho. Especificamente, como o tempo é curto, o que me traz aqui é justamente o quadro das comunidades quilombolas em contexto urbano em Porto Alegre e as sucessivas violações aos seus respectivos direitos. E destaco uma hierarquia de gravidade, o quadro em que está passando o Quilombo Caddie, na Rua Frei Caneca, próximo a Nilo Peçanha. O Quilombo Caddie foi certificado pela Fundação Cultural Palmares, que se encontra com processo aberto junto à autarquia federal competente, que é o INCRA. Já existe, inclusive, a pedido do Ministério Público Federal, um pré-laudo antropológico e também geográfico. E a comunidade quilombola vem sofrendo violência, são praticamente mais de 100 famílias, eles possuem uma relação histórica com o Quilombo da Família Silva, que já é um quilombo intitulado, com relações de uso comum, inclusive, do território, marcando-se que em data anterior ao traçado da presença, remonta mais de 100 anos na região. Ocorre o seguinte, o quilombo vem sofrendo uma pressão em função da liberação de empreendimentos imobiliários e liberações que não passaram e descumpriram a legislação, inclusive, a legislação internacional, ou seja, a comunidade quilombola não foi ouvida, conforme determinação da

Convenção 169 da OIT. Então, vem sofrendo uma interferência abusiva, infelizmente, da Defensoria Pública Estadual. E essa situação envolvendo a comunidade quilombola, desconsiderando o caráter coletivo desse território, vem expondo as lideranças quilombolas a uma grave ameaça, inclusive, a sua segurança física, além de segurança também moral. Essa situação é muito grave, vocês viram o que aconteceu com a líder quilombola Bernadete, na Bahia, justamente por essas interferências externas, pressão da especulação imobiliária no território. Ou seja, é um quadro grave. A gente sabe que o empreendimento que está impactando a comunidade já passou por discussão neste Conselho e, equivocadamente, passando por cima da oitiva, como a Convenção 169 da OIT prevê, não houve a escuta da comunidade quilombola. Então, é uma situação muito grave. Eu estou aqui como Delegado da Comissão Quilombola, para colocar para todos os Conselheiros e gestores aqui presentes a gravidade desta situação. A solução para a comunidade é a regularização fundiária no próprio local, conforme a Constituição Federal determina e a Prefeitura de Porto Alegre pode fazer isso desafetando a área, como, por exemplo, se iniciou com o Quilombo do Areal, que houve a desafetação em 2015, infelizmente, até hoje a Prefeitura ainda não emitiu o devido título para a comunidade quilombola. Então, desde já, eu gostaria de deixar um alerta aqui para todos os Conselheiros e Conselheiras, que em função desse quadro as lideranças quilombolas estão correndo um sério risco à sua integridade física e de conjunto, em função dessa inércia do Estado, da administração pública municipal, federal, em cumprir os requisitos legais, o que eu estou colocando é que qualquer situação grave que aconteça na comunidade quilombola é de responsabilidade do poder público municipal. Estou alertando que é uma situação gravíssima a que está passando a comunidade. Então, gostaria de colocar esse relato aqui para os Conselheiros e espero que se possa avançar com a presença das autoridades aqui presentes para que aquela comunidade tenha a sua regularização fundiária no local, como assim a Constituição determina. E que essas famílias tenham, objetivamente, paz onde construíram as suas vidas ao longo de mais de 100 anos. Então, gostaria de agradecer ao espaço e continuamos à disposição para tentar dialogar no sentido de garantir os direitos dessas famílias. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Onir, pela tua participação. Está consignada a tua fala, o teu registro. Eu oportunizo de imediato a fala para a Michele lá da Região Oito, também inscrita. Liberar só o microfone, Michele. Michele, não estamos te vendo e nem te ouvindo. Michele, não? “Não estou conseguindo liberar o áudio”- [Leitura do chat].

O vídeo também, a gente não te vê. Vamos seguir, então, aqui, inscrito o Rodolfo Fork. **José Rodolfo Fork, Empreendimento Arado:** Boa noite, pessoal. Primeiro, para começar boa noite, Conselheiros e Conselheiras, Secretário Germano. Como responsável técnico de projeto do Arado, eu gostaria de destacar que ouvi cuidadosamente os relatos apresentados, encaminhei um parecer sobre as questões levantadas à Secretária do CMDUA e ao Conselheiro Relator. Isso foi feito para garantir que todos tenham acesso às informações relevantes. Esse documento foi encaminhado para que possa ser distribuído a todos, que tem um retorno no item de cada relato, dos relatos da última reunião, um retorno como responsável técnico das questões. Durante o debate também foi comentado que o projeto deveria ser debatido com honestidade intelectual, responsabilidade ética e social. E quero dizer que concordo com o Conselheiro de que essas premissas devem ser a base do debate. É essencial ressaltar que o Projeto Arado tem sido alvo de discussões sobre sua localização e impactos. Houve alegações equivocadas de que o projeto está expandindo da zona urbana para a zona rural, quando, na verdade, o projeto está situado em zona urbana rarefeita desde o Plano de 99. A expansão proposta é apenas de uma pequena ampliação da zona intensiva sobre essa zona rarefeita, ambas urbanas e mesmo assim ele manterá mais de 90% da sua área em zona rarefeita. Essas falas da zona rural confundem a população e os Conselheiros de maneira proposital, e isso não é trabalhar com honestidade intelectual, responsabilidade ética e social. Além disso, foram disseminadas imagens enganosas, levando preocupações infundadas sobre a destruição da fauna e da flora. No entanto, essas áreas serão preservadas como zona de preservação e a reserva natural da beira do lago. A alegação de que o projeto poderia causar inundações no Bairro Belém Novo, também carece de fundamento, uma vez que as cotas de implantação do empreendimento são, consideravelmente, inferiores ao do Bairro Belém Novo e isso não é trabalhar com honestidade intelectual, responsabilidade ética e social. A retirada de material do sítio arqueológico sem a conclusão dos estudos de arqueologia, bem como utilização desses materiais em eventos que se dizem ser em defesa da preservação do Arado, são práticas questionáveis e antiéticas. Além disso, a colocação de uma família indígena em um local inadequado, degradando uma área de preservação ambiental, pois a mesma necessita derrubar árvores para montar seus abrigos, se aquecerem e cozinharem. Além da caça da fauna nativa para a sua subsistência, utilizando-se dessa família com o único intuito de travar um processo de aprovação, é uma demonstração de irresponsabilidade social e desonestidade intelectual. O Projeto Arado foi concebido e despido de questões políticas, com muita

honestidade intelectual, responsabilidade social, ética e ambiental. Quando pensamos na Porto Alegre que queremos, pensamos que queremos uma cidade mais adensada, com mais vida, com os olhos na rua. Como já dizia Jane Jacobs – Uma cidade mais caminhável, mais segura. Queremos uma Porto Alegre que não abandone a sua periferia em detrimento de uma densificação e melhorias somente da sua região central, que entenda suas múltiplas centralidades e consolide as mesmas, dando oportunidades de se estruturarem e dependerem menos das regiões centrais, dando uma melhor qualidade de vida para os moradores dessas pluricentralidades. É com essa visão de cidade despida de preconceito e com muita responsabilidade que o projeto foi proposto. Lutar por mais de 10 anos por um projeto melhor para a cidade, mesmo sabendo que poderia ter sido tramitado um projeto sem alterações de zoneamento, mas esse projeto sem alterações não traria nenhum benefício à comunidade e nem à cidade. Apesar de todos os desafios, lutar pelo melhor para a cidade é responsabilidade intelectual, responsabilidade ética, social e ambiental. A área em questão nunca esteve dentro de zona urbana de Porto Alegre, tanto na intensiva, sendo sempre zona urbana, tanto intensiva quanto rarefeita e nunca na zona rural. Como sabem, em zona urbana rarefeita não incide a doação de áreas públicas para equipamentos, como creche, posto de saúde e praças. Em um projeto desse porte, que tem como visão e missão estruturar a melhoria para a região, não poderia ficar sem a doação desses equipamentos para a comunidade. Com esse fluído e para atender melhor uma demanda de mobilidade urbana local é que se propôs uma pequena ampliação da zona intensiva. Essa zona acompanha a nova avenida e essa avenida foi transformada numa avenida parque, com mais de 1.3 km de extensão, com uma largura média de 60 m, criando um grande parque linear que receberá equipamentos de lazer, paisagismo com vegetação nativa. Esse parque vai abraçar a zona intensiva do Bairro Belém Novo e fará a transição para a zona rarefeita, que, por sua vez, fará a transição para a zona rural. Ainda, sobre a zona intensiva para cálculo das doações, não foi considerada a zona da ETA, da Estação de Tratamento de Água. Essa estação tem mais de 95.000 m², ou seja, o projeto está doando, além dos 20% exigidos pela zona intensiva, os 95.000 m² da ETA, além de fazer uma reserva de 930.000 m² de reserva do parque natural. O núcleo urbano intensivo, criado na chegada da Avenida Heitor foi escolhido para receber os equipamentos de praça, creche, posto de saúde, terminal de ônibus e o trecho de parcelamento dessa zona com lotes a partir de 250 m², compatíveis com os lotes existentes do Bairro Belém Novo. E com zoneamento propenso a receber residências, comércios e serviços locais, que farão suporte ao bairro e aos usuários

da reserva natural, que terá seu acesso por esse núcleo. Também foi criado um núcleo urbano junto à Avenida do Lami. Naquela região se manteve um zoneamento de Zona Mista 3, onde em 2015 se tinha articulado junto a empresas a criação de um polo tecnológico para a criação de empregos e capacitação dos moradores da região. E ao lado desse polo tecnológico teria uma área destinada à escola agrícola, que daria suporte e treinamento para a atividade rural de Porto Alegre. Infelizmente, pela demora na tramitação essas articulações com empresas se perdeu. [Sinalização de tempo esgotado]. Para terminar, Presidente, mais 30 segundinhos. Mas o zoneamento e o quarteirão seguem lá, e torcemos para que quando aprovado consiga ter novamente essa articulação. Então, só para encerrar aqui, a lei do Plano Diretor de 99 permitia na zona da APAN, que é a zona mais próxima ao Guaíba, 543 unidades, o projeto propõe pouco mais da metade, são em torno de 290 e essa densidade vai aumentando conforme se aproxima do Guaíba. Como podem perceber, o discurso e o projeto se alinham, isso é trabalhar com honestidade intelectual, responsabilidade ética e ambiental, despido de visões políticas, com a intenção de contribuir positivamente para a cidade e, principalmente, para os moradores da região. Peço que considerem esse princípio ao tomarem essa decisão na votação de hoje. Muito obrigado a todos. Esse era o recado que eu queria deixar para os colegas. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Rodolfo, fazendo uso do período de Comunicação. A Michele está aqui. Michele, vamos tentar novamente. Está sem vídeo. Michele, nos ouve? Michele! Por favor, não estamos de implicância contigo, a gente quer te ouvir. Está liberado aqui, Michele, tu tens que só se desbloquear aí, aqui a gente está... Se tu não estás nem com a câmera aberta deve ser algo, porque não há bloqueio com relação à câmera, entendeu? Tu podes unir o microfone e a gente está liberando. Deve ser alguma coisa. Michele, não? Tem que liberar o microfone aí. Não te vemos e nem te ouvimos. Bom, Conselheiros, então, passamos às comunicações internas. O primeiro Conselheiro é o Conselheiro Mark inscrito. Por favor, Conselheiro, três minutos. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Boa noite, Conselheiras e Conselheiros. Espero que a Michele consiga resolver ali o problema de imagem e de som. São importantes as contribuições dela. Eu me inscrevi agora neste período de Comunicações para só, em primeiro lugar, chamar a atenção, havia uma previsão de votação da Ata 2978 e as Atas 2976 e 2977, e eu solicito que a 2978 não seja examinada hoje, que nós façamos o exame na outra sessão, porque ela foi distribuída, se não me engano, na segunda-

feira à noite. Então, esse era o registro que eu queria colocar, solicitar ao Presidente Germano, que não votemos a Ata 2978. E a outra comunicação que eu queria fazer se refere justamente ao conteúdo da Ata 2977, e eu queria fazer um pequeno comentário, porque nesta Ata 2977 a nossa entidade que integra aqui, a entidade AREA, que é integrante do nosso Conselho, ela fez um pronunciamento em nome da ASBEA. Então, a minha pergunta era se a AREA e a ASBEA são a mesma entidade, porque eu reconheço a AREA como a entidade que tem assento no Conselho. A ASBEA eu não sei se tem assento formal no nosso Conselho. No entanto, o 2º Suplente da AREA, que estava presente naquela reunião, fez uma colocação divulgando os princípios da ASBEA e da sua orientação. Aí a minha pergunta é: a ASBEA não tem condição própria de se comunicar? Eu acredito que tem e não precisaria utilizar o canal da AREA para se manifestar. Por isso, se nós conhecemos que existe solidariedade entre as entidades, é uma coisa normal, é uma coisa importante, mas isso sempre é também importante que fique claro, que uma não se passe pela outra. Então, era esse comentário que eu queria deixar registrado, reconhecendo que faz companhia a nós todos neste Conselho a entidade AREA. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, por fazer uso da comunicação. Então, acatamos a sua sugestão e retiramos as atas a serem deliberadas e passo de imediato a palavra ao Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, tem uma Questão de Ordem do Ricardo. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** É que não temos, regimentalmente, Questão de Ordem no período de Comunicação. Especialmente, o Ricardo se inscreveu, teria que estar dentro da Ordem do Dia, não tem Questão de Ordem no período de Comunicação. As falas são livres, então, só quando a gente retornar para a Ordem do Dia, a gente oportuniza. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, primeiro, boa noite a todos e a todas. Saudar a Ruth. Bom te ver de novo, Ruth. Fizemos um trabalho muito bom no Fórum da Região Um e é bom te ver de novo, porque o trabalho só dignificou o trabalho dos Delegados e Conselheiros da região. Então, é muito bom te ver. Bom, Secretário, eu quero saber se eu tenho mais um minuto para falar sobre a questão do Quilombo Caddie, além dos três minutos? Tenho? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode falar, Conselheiro. Sim! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**

Então, o senhor me avisa quando faltar um minuto para terminar. Primeiro, quero dizer que essa questão do Quilombo Caddie extrapola e alcança até os direitos humanos. Como muito bem falou o Onir, há risco à integridade física dos quilombolas e de quem se identifica como quilombo. E é estarrecedor na Cidade de Porto Alegre a gente ter esse tipo de atitude de quem deveria resguardar pela honestidade, já que se fala tanto em honestidade intelectual, mas se esquecem da honestidade intelectual com os indígenas, com os quilombolas. Só existe a honestidade intelectual para quem detém o poder econômico e as comunidades ficam, principalmente as que mais precisam, à deriva da tal honestidade intelectual de quem detém o capital. É muito estranho isso é muito isso! E a retórica que essas pessoas usam é muito estranha, e a forma como eles trabalham com isso. Mas só que temos pessoas do outro lado que pensam, leem e que vão rebater com veemência essas colocações. Não falta honestidade intelectual, não mesmo! Há uma determinação da OIT, a Resolução 169, que determina que se respeite os quilombos, as áreas indígenas e que não são respeitadas. Eu tenho defendido e continuarei defendendo como uma proposta na revisão, que não basta identificar os territórios quilombolas e indígenas e sim demarcar os territórios. E se for necessário, retomar os territórios que foram tirados, por não se respeitar isso. Então, essa era a primeira colocação. Com relação à apresentação dos mapas nas regiões, estranho que nenhuma pessoa, eu estive em cinco ou seis regiões, não tinha nenhuma pessoa para explicar os mapas. [Sinalização de tempo restante de um minuto]. Então, Secretário, faltou por parte da Secretaria e das pessoas responsáveis que pudesse ter usado o momento das falas para dizer que tem os mapas. Em nenhuma região eu ouvi isso. Se teve em alguma foi na que u não estive, mas em todas que eu estive e foram 7 reuniões e temáticas, em nenhuma teve qualquer explicação. Então, quero colocar aqui o meu protesto. E para finalizar, Secretário, eu queria que a gente pudesse ter um espaço para debater essa questão quilombola indígena na cidade. E este Conselho tem o dever de debater essa questão, porque não é só a Constituição Federal que determina. A Lei Orgânica do Município também determina que os quilombos e os territórios indígenas sejam respeitados. Obrigado e eu acho que me ative ao tempo de quatro minutos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela também sugestão. Eu acho importante o debate do Plano Diretor, promover uma oficina, um debate sobre esse tema. É bem interessante. Temos na sequência inscrito o Conselheiro Vinícius. Três minutos, Conselheiro. **Vinícius Teixeira Galeazzi (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do**

Sul – SENGE/RS: Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros. Sou Suplente, representante do Sindicato dos Engenheiros. Eu estou me apresentando e me permito fazer uma leitura rápida do voto do Sindicato dos Engenheiros, que por uma questão que não consegui entrar, houve reuniões que foram canceladas, efetivamente, eu solicito tempo para fazer essa leitura rápida. Gostaria de dizer que o Sindicato dos Engenheiros tem responsabilidade ética, intelectual, ambiental e social. Este voto do Sindicato é um voto ético e devo dizer que é resultado de reunião com a diretoria. Então, este é o voto da Diretoria do Sindicato dos Engenheiros. O voto envolve dois eixos, o primeiro eixo envolve conceito de cidade e a carta de princípios que o sindicato tem para nortear a sua atuação no Conselho do Plano Diretor. O segundo está relacionado com as questões ainda pendentes que antecedem uma aprovação do EVU da área do Arado, situação que neste momento qualificamos como prematura, tanto esta análise quanto a aprovação do Projeto da Fazenda do Arado. A carta de princípios do SENGE diz que a cidade deve ser inclusa, democrática, não segregadora, não discriminar e não discrimina, é uma cidade para todos. A cidade ideal é compacta, densa, equilibrada, coordenada por regulação, com unidade, coerência e completude. A cidade deve ser boa para todos, deve ser economicamente viável, sustentável, ter um uso racional dos serviços públicos de transporte sem desperdício quando acontece quando há grandes distâncias e vazios urbanos, que mesmo subaproveitados exige a sua totalidade. E também entendemos assim, que os Projetos Especiais de Impacto de 2º Grau devem ser avaliados sob diversas perspectivas técnicas e sociais, e devem ter vocação pública, e ser exceção. Não pode proliferar. As contrapartidas e mitigações de impacto devem ser analisadas sob o ponto de vista da sua pertinência, sendo próximas e tendem a beneficiar o próprio empreendimento, valorizando o seu entorno. [Sinalização de tempo esgotado]. Queria dizer que, além dessas considerações na cidade que entendemos ideal, colocamos aqui o projeto da Fazenda do Arado, efetivamente, não contempla essa contemplação de zona urbana e é o seguinte, consideramos que há seis pontos que impedem de ser levado à frente a definição desse EVU. Entendemos importante que a Lei nº 935/2022, que alterou o regime urbanístico careceu de estudos técnicos para seu embasamento e está *sub judice*. A ação na 9ª Vara Federal de Porto Alegre tem um interdito proibitório da própria Arado, também essa ação já está sendo analisada. Terceiro, a ação demarcatória da área indígena ainda tramita na 9ª Vara de Justiça Federal. O EIA-RIMA de 2011/2012 não teve validade e é objeto de investigação policial, foi periciado pelo IGP. Nós temos ainda a considerar que não existe um novo EIA-RIMA. E a

Secretaria de Cultura, por outro lado, solicita ação complementar do EVU, com proposta de uso das demais intervenções previstas para as edificações existentes no local. O processo não passou pela anuência prévia da METROPLAN, uma vez que possui mais de 100 ha. Então, entende o Sindicato dos Engenheiros de que é prematuro e judicialmente inseguro levar à frente a discussão desse EVU. Portanto, o voto do Sindicato dos Engenheiros é contrário a esse EVU. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vinícius. Lembrando que depois nós vamos pautar o processo e aí vai ter a oportunidade de discussão. O início sempre é o período de Comunicação, o senhor pode fazer uso tranquilamente para fazer seu voto, a sua manifestação dentro do período, e depois a gente entra e coloca em pauta o processo, faz a discussão dele com inscrições para debate. Está bem? Na sequência o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros! Primeiro, a minha manifestação é no sentido de dar as boas vindas para a Ruth. Boas, excelentes, grandes lembranças de quando o Conselho tinha uma estrutura, que o governo anterior, o Governo Marchezan acabou. Nós tínhamos uma estrutura muito boa. A Ruth participou, outras funcionárias também participaram e nos ajudavam na organização dos fóruns regionais. A Ruth tinha e imagino que continua tendo um grande relacionamento em toda a cidade, do tipo assim, para ver uma questão bem objetiva, por exemplo, queria fazer uma reunião na Região Seis aqui, a Ruth sabia qual era a meia dúzia de lugar que poderia fazer contato e arrumar um lugar para fazer a reunião. Fazia o contato lá com a PROCEMPA para ver a questão de internet, com a secretaria daqui e dali. Ou seja, uma pessoa extremamente qualificada. Parabéns, Germano, por essa opção, por essa retomada. E, Ruth, muito prazer mesmo de te ver aí com saúde, tocando conosco agora o Conselho do Plano Diretor, Conselho que só tem a ganhar contigo, pode ter certeza. Os demais colegas aí que não conhecem a Ruth ainda em operação trabalhando. A minha manifestação seria só isso, mas me chamou atenção uma questão atípica nesta reunião, que começa com a manifestação externa do Rodolfo Fork, que é o arquiteto do projeto do Arado, de uma maneira... Não vou dizer estranha, porque não tem nenhum problema de vir se manifestar como manifestação externa, isso está previsto, mas se manifestar em cima de uma pauta que a gente vai fazer, inclusive, uma discussão que este Conselho já vem discutindo há bastante tempo. Ficou um pouco estranho para nós Conselheiros. Eu fico meio desconfortável com esse tipo de intervenção. E também acho que o Engenheiro Vinícius, talvez não avisaram

ele, mas nós vamos ter um momento para discutir, Vinícius, que é daqui a pouco, quando vai abrir a pauta da discussão. Digamos assim, tu não tens experiência aqui ainda nesta nossa burocraciazinha, mas vai ser aberto o espaço para discutir o Arado daqui a pouco e nós vamos discutir o Arado pelo jeito. Dá para se ver que o Arado está mexendo com as emoções e os corações aqui do Conselho. Então, desejo uma boa reunião para nós todos. Muito obrigado pelo espaço para manifestação neste momento. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Temos na sequência o Conselheiro Emerson inscrito. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Secretário, Conselheiros, membros do Conselho. Quero também dar as boas-vindas a Ruth, que vai fazer o trabalho junto ao CMDUA. Agradecer também à Secretaria pela participação nas plenárias do OP, foi excelente a participação junto à Temática HOCDUA. Nós tivemos um aumento da participação popular no ano 2023, significativo. Esperamos que as demandas venham ser atendidas, que é um dos princípios básicos da população que participa do Orçamento Participativo. Também quero colocar aqui alguns pontos importantes que estão acontecendo em 2023, que é a retomada do Minha Casa Minha Vida. Até que enfim nós vamos ter um programa para poder atender a Habitação de Interesse Social em Porto Alegre. Também quero parabenizar o trabalho e a iniciativa do Secretário André Machado, que está à frente do DEMHAB, está trabalhando muito para que isso saia do papel. Então, sejam todos bem-vindos a mais uma reunião, à retomada das reuniões e vamos em frente! Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição aqui ao debate. A última inscrita é a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu espero que depois da minha fala o Secretário pelo menos abra todos os microfones e tente disponibilizar a fala para a nossa Delegada Michele. A gente sabe que o Secretário tem uma perseguição sim em relação a ela, tanto que ele fez uma alteração para que ela não pudesse falar mais de uma vez aqui neste Conselho, não vamos esquecer disso. Ele mesmo diz: “Olha, eu não tenho nada contra ti”. Já denuncia a própria situação. A gente tem que lembrar também que ninguém aqui pode alegar desconhecimento de lei e a gente tem uma convenção, a OIT 169, que foi levantada e pré-questionada por vários Conselheiros aqui presentes, quando da aprovação daquele

empreendimento que hoje está afetando a Vila Caddie. Então, que se arque com todas as responsabilidades que advêm disso. A lei foi questionada, pré-questionada e foi ignorada por este Conselho e por este Secretário. Eu gostaria também de um esclarecimento, Secretário, eu fiquei meio confusa e eu acho que foi bem oportuna a fala do Mark com relação à representação da ASBEA e da AREA. Eu tenho uma dificuldade às vezes em delimitar quem são os representantes, porque olha o Conselheiro Fork, que hoje não é Conselheiro, ele é representante da empresa e eu estou meio confusa. Se o Secretário puder me dizer quem são os representantes da entidade hoje, eu acho bem oportuno. E gostaria de destacar também, é que eu não tive resposta, nós encaminhamos dois ofícios para a Secretaria direcionados ao Secretário, relacionados, um à revisão do plano diretor, outro relacionado a esclarecimentos que nós desejamos com relação a esse empreendimento do Arado, que está em tramitação aqui. Nós não tivemos como isso ia acontecer, nem a confirmação de recebimento, mas eu estou enviando aqui pelo chat, Secretário. Então, eu já tinha encaminhado esses e-mails e estou enviando novamente. E a gente gostaria dos esclarecimentos, e esperava no mínimo que eles viessem antes da votação desse empreendimento aqui. Por oportuno, eu coloquei dois mapinhas ali bem esclarecedores, se eu não me engano, foram feitos pelo Ministério Público, que demonstram que o Arado tem uma parte que seria a área rural. E o que mais me escandalizou no segundo mapa é que uma área, assim como a gente está dizendo que é rarefeita, que ela tinha 74 unidades, a gente está mudando para 1500 e ainda com contrapartida no próprio empreendimento. Se isso não é escândalo eu não sei o que é, Secretário. Então, eu encerro por aqui a minha fala, porque aqui a gente apenas vota, os esclarecimentos não vêm, mas eu deixo registrado e encaminho que eu solicito esclarecimento sobre a questão do Arado e eu solicito também, junto com outras entidades, IAB, SOCECON, acesso aos produtos da Ernst & Young, que nós não tivemos, embora a gente já tenha encerrado a etapa de leitura e a gente não teve acesso ao produto um. Não sabemos a situação jurídica do produto dois, embora tenha sido finalizada. Então, a gente gostaria muito que viesse, quando manda, na verdade, um processo democrático, transparente, como o senhor sempre diz que é muito transparente, que a gente tenha resposta a esses questionamentos. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela sua sempre gentil contribuição. Queria só ressaltar com relação aos produtos, a revisão do Plano Diretor, se porventura não teve acesso nas apresentações aqui realizadas pela equipe, também convido a acessar o nosso site, o site da

revisão do Plano Diretor, onde a gente tem lá toda a documentação da revisão, inclusive, esses produtos entregues. Então, por favor, faça a consulta e compartilhe, divulgue, de repente essa informação não tenha acessado a todos e a senhora pode usar a sua influência e conhecimento para divulgar o site da revisão do Plano Diretor. Com relação aos outros pontos questionados, lembro que o processo de debate aqui neste Conselho é a forma que a sociedade tem de participação na gestão da política urbana por meio de seus representantes, pela oportunidade regimental do relator solicitar diligência, se assim entender, do relato de vista, dos diversos acessos. No entanto, é natural que não temos como responder a todos os questionamentos que são feitos pela Conselheira Claudete em inúmeras e inúmeras páginas de qualquer processo que porventura esteja tramitando aqui no Município. E por isso ela é a representante eleita e pode, se entender, com toda a legitimidade democrática que a eleição lhe garantiu, pode votar em contrariedade, pode defender o seu ponto de vista de forma assertiva e se posicionar em contrariedade para votação, se entender que não tem todas as respostas, se os questionamentos não foram suficientes para orientar o seu voto. Bom, eu vou fazer uma tentativa aqui, só para a gente encerrar, de liberar para a Michele. A Michele lá da Região Oito está com um vídeo e com o áudio bloqueado. Eu estou fazendo a gravação aqui, Michele, da liberação, para que não haja dúvida com relação a nossa tentativa de te oportunizar a fala. Por favor, aqui a liberação, o teu microfone e agora a ação é tua aí, Michele, no sentido de liberar o microfone. Então, estamos clicando aqui na liberação, no mesmo sentido a câmera. A câmera, na verdade, já é liberada. Liberado para todos. Então, continua aqui sem áudio, constatando o problema no aparelho, no caso o da Michele. Então, a gente segue, encerrando aqui os períodos de comunicação. Já passamos de imediato para os nossos processos da pauta. Neste caso, já tratando, especificamente, desse processo bastante debatido aí ao longo da semana, eu diria até ao longo dos anos, com diversos questionamentos, visões distintas de cidade, mas queria aqui ressaltar, antes de pedir para a Equipe do Planejamento fazer novamente um resumo do que se trata o expediente aqui pautado, que é o Item 4.08 da nossa pauta:

4. Ordem do dia.

4.08. EXPEDIENTE: 22.0.000091061-2;

Interessado: Arado Empreendimentos Imobiliários S/A;

Assunto: EVU;

Local: Av. Lami, 2229;

Região: RGP 8 (Belém Novo);

Relator: SINDUSCON;

Data de distribuição: 25/05/2023;

Prazo para Parecer: 06/06/2023;

Apresentação Planejamento: Apresentou;

Apresentação do parecer: Favorável em 11/07;

Pedidos de vista: 1) Felisberto Seabra Luisi, RGP. 1; 2) Jussara Kalil Pires, ABES/RS; 3) Claudete Aires Simas, ACESSO CDH; 4) Fernando Martins Pereira, SENGE/RS; 5) Mark Ramos Kuschick, SOCECON/RS; 6) Natan Arend, IAB/RS.

Os relatos de pedidos de vista foram feitos nas reuniões anteriores e hoje abrimos para discussão e logo na sequência a votação, considerando que toda a restante formalidade do processo e os momentos de participação já foram efetivados. Eu consulto aqui, porque temos Questão de Ordem. Então, o Conselheiro Ricardo Ruschel antes de evoluir e o Conselheiro Felisberto. **Ricardo Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite. A Questão de Ordem é só para esclarecer ao Conselheiro Mark, que ele questionou em relação a AREA versus ASBEA, a AREA é a Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura, que lá pelo final dos anos 90, início dos anos 2000, passou a se chamar Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura – RS. Até questiono, Secretário, não sei porque, eu estou há um ano no Conselho, eu não sei porque a gente ainda é chamado aí de AREA, mas, enfim, talvez seja uma questão burocrática. Mas até me estranha o questionamento do Conselheiro, porque na própria matéria que ele dá uma entrevista para a Jornalista Bruna, lá do Jornal do Comércio, ele cita a ASBEA como membro do Conselho do CMDUA, inclusive, faz algumas ilações e é por isso que o Conselheiro Sérgio Saffer aquele dia pediu a comunicação para comentar exatamente sobre essa matéria. Então, eu realmente não entendo porque da confusão do Conselheiro Mark, mas, enfim, eu me coloco à disposição. Conselheiro, se quiser conversar comigo, falar, a gente está bem aberto aí para mostrar um pouquinho a nossa associação e o quanto a gente contribui para o debate da cidade. Está bom? Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Ruschel, pela contribuição. O Conselheiro Felisberto tinha uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem, Secretário, vai se dar em virtude da fala do Conselheiro Vinícius, do SENGE, que levantou uma série de ponderações no aspecto jurídico e me parece que antes da gente voltar tem que

vir uma definição da PGM. Porque como aquele processo da Caddie passou sem também consideração da PGM, entendo que é importante a gente ouvir o órgão sobre as questões jurídicas, porque há uma ação civil pública tramitando, há outra ação questionando o EIA-RIMA e há um estudo antropológico sobre o sítio arqueológico, há a questão da esfera federal. Então, há vários questionamentos e pode ser de atropelo à aprovação, a discussão desse projeto, até a discussão. Eu estou inscrito para fazer o debate, mas reitero a sua sensibilidade do senhor analisar com cuidado para evitar que alguém possa questionar a aprovação ou qualquer tramitação desse projeto dentro do CMDUA. E para concluir, tem a questão do EIA-RIMA, que é muito séria, Secretário, o que embasa o novo projeto para que ele possa tramitar, porque é muito fácil dizer – Ah, não, o EIA-RIMA interessa depois! E a gente sabe o que acontece com o depois, vide o Harmonia. Então, encerro com isso, Secretário. Então, sugiro que o senhor tenha a sensibilidade e o cuidado de levar em consideração esta Questão de Ordem. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Tem também a Claudete, uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Aproveitando, Secretário, eu gostaria que fosse esclarecido, então, porque não adianta colocar as coisas no chat e não serem trazidas para a sociedade. A nossa Diretora de Planejamento está dizendo que a Etapa de Leitura da Cidade não foi encerrada. Então, eu gostaria que isso fosse esclarecido, porque em todos os jornais da cidade nós tivemos a informação, inclusive, com matérias e reportagens dadas pelo Secretário de que nós havíamos encerrado uma etapa. Então, eu estou sem saber em que momento nós estamos na revisão do Plano Diretor. Já houve uma confusão, uma inversão completa de conferência e seminários. Então, eu gostaria de saber. E ela coloca também ali que os produtos estariam disponíveis no site. Não estão! Nós fizemos uma solicitação formal, encaminhada por e-mail, encaminhada nesta data de hoje por chat, formalizada aqui e registrada em ata futuramente e desejamos uma resposta formal. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. A gente segue aqui prestando todos os esclarecimentos. Eu sei que se a gente disse “A” a senhora vai dizer “B”, se a gente disser “B” a senhora já vai dizer “C”. Então, seguimos aqui no entendimento de que todos os esclarecimentos são devidamente prestados, estão os produtos elencados ali no site e a gente vai ter tantos outros momentos de debate agora, avançando já nas propostas da nossa revisão do Plano Diretor.

Senhores, vamos evoluir, então, para a nossa pauta. Eu queria que aqui a Equipe do Planejamento, por meio da Patrícia, fizesse a apresentação, então, do que se trata esse expediente. Lembrando e aí respondendo ao Conselheiro Felisberto, este processo já foi distribuído há algum tempo atrás aqui neste Conselho. As nossas próprias suspensões da reunião oportunizou um prazo maior, a gente já fez o debate da reunião passada, já teve relatoria, teve apresentação por parte do empreendedor. Na verdade, não é um projeto novo, ele é bastante conhecido da cidade, no entanto, temos posições diferentes, divergentes e é natural que isso aconteça em um Conselho político, que tem representação eleita da sociedade. Agora, o que nos cabe aqui prestar os esclarecimentos é que ele segue estritamente aquilo que dispõe a legislação, nós somos, enquanto administração pública, cumpridores da lei. Se existe uma lei com regime urbanístico aprovada, debatida democraticamente pela Câmara de Vereadores, nós aqui estamos aplicando o que prevê a legislação. Se tivermos decisão judicial para suspender a tramitação ou qualquer orientação em sentido diverso, iremos naturalmente cumprir. No entanto, o que se tem são diversas tentativas de visões divergentes de projeto de cidade, de ingresso de ação judicial, de narrativas das mais diversas para tentar impedir a tramitação, mas não foram exitosas, nem no Poder Judiciário. E não há nenhuma conclusão que oriente o Município de forma diferente a essa tramitação, o que não impede a qualquer momento ou qualquer decisão divergente ou diferente que nos chegue a conhecimento e a gente vai suspender e interromper eventual tramitação do processo. Então, novamente explicando, aqui estamos tratando do Estudo de Viabilidade Urbanística, uma discussão mais macro, por isso tem a representação dos Conselheiros eleitos, o governo, é um órgão de liberação mais política do projeto de cidade que se quer. Não estamos na etapa da anuência, por exemplo, já do que seria o parcelamento do solo onde se exige a anuência do órgão estadual, neste caso a METROPLAN. Isso é uma etapa subsequente, porque depois, se aprovada a viabilidade urbanística pelo Conselho da cidade, se evolui nas etapas subsequentes, que daí seria o parcelamento do solo. E quando vier essa tramitação do parcelamento do solo, necessariamente se cumpre aquela regra lá prevista na lei de desenvolvimento urbano ambiental, que é a anuência da METROPLAN. Mas como aqui é um debate um pouco mais macro, tu não tens necessariamente todos esses ritos legais a serem cumpridos, porque não houve um detalhamento previsto na legislação para as etapas subsequentes. O Estudo de Impacto Ambiental, necessariamente, vai acontecer, isso é competência do órgão estadual também, a FEPAM, seguindo todos os preceitos legais da legislação ambiental que assim

determina. Aqui estamos debatendo a viabilidade urbanística e ao final desta reunião, se o Conselho, a maioria entender pela aprovar, seguem as etapas subsequentes, Estudo de Impacto Ambiental, EIA RIMA, o parcelamento de solo, as aprovações ou senão a gente de imediato faz o arquivamento da proposta da viabilidade apresentada pelo empreendedor. Patrícia, por favor, faça a apresentação. Felisberto, uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero reiterar a minha Questão de Ordem e quero que fique consignado em ata que não me senti satisfeito pela sua resposta e queria, como Conselheiro da RGP 1, já dizer de antemão que o meu voto é contrário, porque desobedece toda a legalidade possível em aprovação. Para não acontecer como a gente já ouve de alguns membros de órgãos públicos, dizendo que a gente não se manifesta. Então, quero que nesta ata, que fique consignado na ata que a RGP 1 propôs vários encaminhamentos e que não foram atendidos, para não transitar como se não houvesse manifestação. Essa é a minha Questão de Ordem. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Está consignada a sua irresignação. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A minha Questão de Ordem é bem simples. Não seria possível dispensar a apresentação, porque foi tantas vezes já apresentado e a gente já ir para o debate e depois para votação? Seria uma economicidade de tempo e porque foram muitas e muitas vezes apresentado. É uma sugestão a todo conjunto aí. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro! Eu sugeriria, Conselheiro, eu sei que realmente foi apresentado em inúmeras oportunidades, mas como aqueles que nos assistem, vamos dizer assim, a gente tem eventual audiência externa e que talvez não tenha participado das outras reuniões, seria acho que importante fazer esse esclarecimento. Claro, de forma muito objetiva e rápida, Patrícia, para retomar, porque teve, por exemplo, Conselheiro novo aqui em substituição, ai o SENGE, que talvez não tenha participado. Eu acho que a gente cumprir o protocolo nunca é demais, a gente fazer os esclarecimentos, mas vamos evoluir aqui rapidamente. Por favor... Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de um esclarecimento, na verdade, porque o Sindicato dos Engenheiros pediu parecer de vista, está ali na nossa ata, na nossa pauta como pedido de parecer de vista, diz que foi encaminhado em tempo, ou seja, antes desta reunião e acredito que ainda anterior à outra, mas não se encontra

esse parecer dentro do processo. Então, esse é o primeiro esclarecimento que nós vamos votar e não temos nem acesso a todos os pareceres de vista. E segundo, o Arquiteto Rodolfo Fork disse que fez uma manifestação também e que não se encontra nos autos. Eu gostaria de saber dessa manifestação e que a gente tenha acesso à mesma, até porque daqui um pouco vai ser um objeto de interpelação judicial e esclarecimentos a essa manifestação trazida aqui. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Não recebemos essa manifestação, a Secretária Executiva aqui do Conselho comentou com o Conselheiro Fork. No entanto, também regimentalmente não há essa previsão de eventual resposta para os questionamentos levantados. É uma discricionariedade da representação do empreendedor, para nós aqui não há uma obrigatoriedade de fazer esses encaminhamentos. E com relação ao Conselheiro Vinícius, lembrando que nós temos a oportunidade, só juntamos os relatos de vista quando os Conselheiros aqui estão representando a sua entidade ou a sua região e fazem a apresentação. É encaminhado anteriormente, mas a gente só faz a anexação se apresentado pelo respectivo Conselheiro, até porque tivemos experiência em outras oportunidades de que foi enviado, depois houve uma mudança do posicionamento do Conselheiro, aí já estava no processo, gerou uma confusão. Então, para melhor organizar os trabalhos a gente recebe o documento, mas de fato só junta ao processo após a apresentação, porque o Conselheiro pode até o momento da reunião mudar o seu posicionamento, ajustar o parecer. Por favor, Patrícia, rapidamente. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Então, vou aqui compartilhar, só um momento. Então, esse é o Processo 22.0.000091061-2. Ele trata do empreendimento para loteamento na área de ocupação rarefeita, Projeto Especial de Impacto de 2º Grau, de análise obrigatória, conforme o Anexo 11.2 do Plano Diretor. O endereço é Avenida do Lami, 2229. Interessado Arado Empreendimentos. O empreendimento, a proposta está localizada dentro da Região de Planejamento Oito, junto aqui ao Bairro Belém Novo e esse é o limite do perímetro do empreendimento, chamado Fazenda do Arado. Ele teve uma tramitação aqui ocorrida desde 2011, onde foram emitidas diretrizes, enfim, teve um longo processo aí até chegar a proposta que foi objeto de uma lei específica e que subsidiou essa proposta que está sendo encaminhada que é ao Conselho. Então, eu vou ler esse trechinho aqui rapidamente: Loteamento com área de 428 ha, localizado na Avenida do Lami, 2229, Bairro Belém Novo. A divisão em quadras, lotes e sistema viário projetado atende o regime urbanístico desta lei específica, Lei

Complementar nº 935/2022, tendo na Área de Ocupação Rarefeita uma escola agrícola, uma reserva particular do patrimônio natural, uma RPPN com acesso público e setores do patrimônio histórico com edificações a preservar, sede fazenda, marina, Núcleo Haras, Núcleo Arroz, Núcleo Ordenha e condomínios por unidades autônomas. Ainda tem uma porção com Área de Ocupação Intensiva, onde são destinados lotes para equipamentos comunitários, praça, escola, unidade de saúde, terminal de transporte e condomínio de uso residencial e misto. Aí com uma característica diferenciada desse da Área de Ocupação Rarefeita. Além disso, é prevista a destinação de uma área institucional para a implantação de uma Estação de Tratamento de Água. Então, como vocês podem ver, esse perímetro aqui, onde tem essa parte e essa, elas são de Áreas de Ocupação Rarefeita. Essa parte verde seria a parte da reserva, garantido o acesso público, isso foi uma das diretrizes que foi colocada aqui pela equipe técnica. E a parte da Área de Ocupação Intensiva, originalmente essa área aqui, essa faixa, era de ocupação intensiva, se fez um ajuste aqui preservando a área de preservação. E aí, da área que está aqui intensiva a gente pode ver esse núcleo azul e esse nucleozinho aqui, que faz conexão com loteamento lindeiro. Então, tem as conexões viárias ali para inserir esse território junto ao bairro e essa parte da escola agrícola. E essa parte verde aqui é uma praça linear, que tinha o objetivo de fazer essa transição e a conexão com o bairro. E também foi nossa diretriz manter esse acesso para que as pessoas possam acessar esse espaço aqui da orla. Aqui, então, a parte da Área de Ocupação Intensiva, que está previsto, e Área de Ocupação Rarefeita. Aqui a parte do zoneamento de uso, onde a gente tem aqui área de APAN, onde vai ficar a RPPN, a área com usos restritos de APAN, área de desenvolvimento diversificado e essa área aqui, a Mista 1, Mista 2 e Mista 3, que se conectam à zona intensiva e aqui a Avenida do Lami, que são as que ficam com esse caráter intensivo, considerando que esse trecho aqui já estava anteriormente. E mais essa área institucional, que vai estar junto com a Estação de Tratamento de Esgoto, que já está aqui, fica no conjunto ali. Então, aqui teve uma série de análises, que a Gisele já passou uma série de questões. O processo teve alguns condicionantes para a sua aprovação, dentre eles a execução de uma série de contrapartidas que estão previstas ali na legislação, dentre elas eu vou citar rapidamente: Elaborar, executar o projeto de revitalização da orla do Belém Novo, garantindo a manutenção dos equipamentos públicos e comunitários e intervenções pelo prazo de 5 anos, contados da data do recebimento definitivo das obras na totalidade. Elaborar e executar projeto urbanístico de articulação dos espaços abertos na orla Belém Novo, desde a Praça Camping do Veludo até a Praça Inácio Martins da Silva,

contemplando caminhos peatonais e cicloviários. Estabelecendo percurso tanto na orla do Belém Novo como no bairro, sinalizados e identificados os seguintes locais de interesse histórico paisagístico: Igreja Central, Colégio Evaristo Flores da Cunha, Praça Central, Hotel Cassino, Núcleo Casa Sede, Núcleo Marina, Núcleo Produção de Leite, Núcleo Produção de Arroz e Núcleo Sítio Arqueológico Guarani. Além disso, existe a previsão de reformar e ampliar as estruturas físicas da Unidade de Saúde Belém Novo, situada na Rua Florêncio Faria, 195 e Paulo Viaro I e II, situados na Estrada do Lami, 4288. Tais intervenções serão estabelecidas pela Secretaria Municipal da Saúde. Além disso, prevista a doação do lote para a Estação de Tratamento de Água. Depois existe uma série de outros condicionantes que são normais desse tipo de processo e as questões aqui das secretarias. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, por nos relembrar o tema, rapidamente. Conselheiros de forma bem objetiva, é importante a gente evoluir, a gente vem debatendo a algum tempo esse processo, já fizemos debate na reunião passada e chegamos até o momento do debate. Na verdade, a gente fez o debate e seria a votação, mas reabrimos novamente a discussão. Eu consulto se temos Conselheiros inscritos? Eu sei que tem o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Vinícius. Por favor, mais alguém? Conselheiro Natan, Conselheiro Mark, Conselheiro Ivan, Conselheira Jussara, Conselheira Claudete. Mais algum Conselheiro gostaria de debater? Não? São esses os Conselheiros inscritos e, naturalmente, o Conselheiro Relator inscrito automaticamente, o Conselheiro Dal Molin, conforme prevê o nosso regimento. Então, encerramos as inscrições e oportunizo a fala para o Conselheiro Vinícius. Por favor, Conselheiro. E se atentem ao tempo, são dois minutos, conforme prevê o nosso regimento. Eu vou cobrar o tempo só para a gente ter condição de encerrar hoje, já que não conseguimos na reunião passada. É importante a gente deliberar se entendemos pela aprovação ou não e respeitar a posição da maioria, seja pelo favorável ou pelo contrário. Por favor, Vinícius, dois minutos. **Vinícius Teixeira Galeazzi (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS:** Secretário, eu pedi uma Questão de Ordem e não fui atendido, por uma questão simples. Devidamente orientado pela Secretária da Secretaria, enfim, fizemos o registro do nosso documento, o registro em tempo hábil, Secretário. Por que não participamos do relato da vista? Porque houve de fato uma reunião que foi cancelada na hora, outras reuniões não aconteceram. Da nossa parte houve uma confusão, não nossa, mas vindo da própria Secretaria. Então, eu solicito, Secretário, que fique registrado o documento que o

Sindicato fez e que fique dentro dos autos, porque foi levado em tempo hábil. Quero repetir o que tinha dito, que a opinião do Sindicato dos Engenheiros é da diretoria e fico muito chateado do arquiteto dizer que é antiético ter uma opinião contrária a dele. E quero dizer que o nosso entendimento de cidade, uma cidade que tem uma zona rural, uma cidade beneficiada, nós não podemos abrir mão da zona rural, não podemos diminuir. E o que está acontecendo é 4% da zona rural com esse projeto, é importante para a cidade a zona rural, embora o que se considere rarefeito, isso por um lado, por outro lado, a cidade vai ser estendida, espichada, até levando os serviços todos, o que vai encarecer para toda a comunidade porto-alegrense. Por quê? Porque está sendo levado para uma zona distante haja vista que tem tantos condomínios na zona sul de Porto Alegre, condomínios com 10, 20 anos, que estão pela metade, quer dizer, 50% não são ocupados. Nós estamos estendendo, levando a cidade para lá quando tem tantos vazios urbanos que podem ser aproveitados. Então, esse projeto, dessa forma efetivamente é um projeto anticidade, é um projeto que significa na prática de certa irresponsabilidade. Queria falar isso para o arquiteto que me antecedeu nas comunicações. Por quê? Veja bem o que nós entendemos como sustentável, é uma cidade que tem economia e no caso de levar todos esses serviços para longe, efetivamente, não é responsável e isso aí não é sustentável. Então, o voto do Sindicato dos Engenheiros é muito claro, é contrário a esse projeto, entendendo que está havendo por parte deste Conselho uma precipitação na análise de um EVU que sequer vai respeitar seis itens que temo aí e que estão pendentes. Esse é o nosso entendimento nesse projeto. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Vinícius, por trazer a sua contribuição ao debate. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, reiterar as palavras do Conselheiro Vinícius, que é uma contribuição técnica de quem tem o conhecimento teórico e prático, bem como outros que falarão após a minha fala, que são da área. Independente de não ser da área não é admissível que a gente não possa questionar a técnica e a técnica a serviço do quê? E é muito fácil acusar que é a política, mas há a política também de desenvolver a cidade com uma visão dos interesses do mercado. Isso é uma política deliberada com anuência do poder público, quando ele não defende o interesse público e da grande maioria que vai ser impactada com um projeto que vai afetar gerações, vai afetar o equilíbrio climático desta cidade e que nós temos vários exemplos disso. Hoje fez um calor, em agosto, e não há nenhum estudo para avaliar porque acontece isso. E é claro, porque há um Prefeito que,

deliberadamente, corta árvores a deriva na cidade e com a anuência da Secretaria que deveria ter preocupação com o meio ambiente e não tem. Eu já disse uma vez, falta educação ambiental para o Secretário, e o senhor ficou brabo da outra vez! Eu não me preocupo com a sua brabeza, a sua brabeza não me intimida, porque eu sou Conselheiro eleito, o senhor não, o senhor é indicado e o senhor pode ser exonerado a qualquer momento. Eu não e a maioria dos Conselheiros aqui fomos eleitos, nós temos responsabilidade com quem nos elegeu e dar contrapartida para melhor o empreendimento, para tornar atrativo um empreendimento que vai descaracterizar toda a região. Olha, é cara de pau! Para dizer o mínimo. Sabe? Alguém que não conhece aquela região, nunca frequentou aquela região e fez um projeto para aquela região. [Sinalização de tempo esgotado]. Estou terminando, Secretário, é que outros têm tempo de cinco às vezes para explanar e um Conselheiro que quer fazer o debate sempre é tolhido do debate. É de praxe isso aí! Então, eu quero que o senhor tenha paciência e me dê mais trinta segundos para eu finalizar o raciocínio. Então, a questão é a seguinte, nós temos uma cidade que tem que ter preocupação sim com a questão ambiental na cidade. Nós estamos vendo uma destruição do nosso equilíbrio climático em Porto Alegre e não há nenhum estudo. Nós estamos discutindo também o Plano Diretor e o senhor fala tanto, enche a boca – Ah, temos as mudanças climáticas; mas que não foi colocado aqui para nós, não foi trazido para este conselho qual é o impacto, o que impactou nas mudanças climáticas em Porto Alegre. E nós vamos afetar uma região que era de 74 e vamos passar para 1500. [Sinalização de tempo esgotado]. Isso é destruir uma região. Finalizo, o voto da RGP 1 é contrário a isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua manifestação. Eu vou organizar o trabalho. Sempre faltando trinta segundos antes vou avisar para dar um tempinho de todos fecharem o raciocínio. Por favor, o Natan inscrito. **Natan Arend (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Olá! Boa noite a todas e a todos. Eu gostaria de manifestar uma opinião um pouco pessoal, que é muito difícil ser professor de Arquitetura e urbanismo, especificamente, em uma disciplina chamada Plano Diretor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, discorrer durante a aula sobre a legalidade dos atos; o que significa um Estudo de Viabilidade Urbanística; o que significa a gestão democrática da cidade; o que significa o CMDUA; como se dão os Projetos Especiais de 2º Grau, considerando o Plano Diretor de Porto Alegre subsequente ao de 99 e considerando ainda subsequentes alterações. Aqui destaco que o Condomínio Arado no EVU insere uma área de condomínios em área que em

2015 voltou a ser área rural no Plano Diretor. Mas continuando, é difícil esmiuçar todos os instrumentos de reforma urbana constantes do Estatuto das Cidades, muitos deles que já eram instituídos legalmente nessas cidades, aqui em Porto Alegre, muito antes de 2001, com a forma que está se dando o EVU do Arado. Esse entendimento está há mais de 10 anos tentando ser aprovado, não conseguem... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Natan, tu não consegues ligar? Nós não estamos te vendo. Como a gente transmite ao vivo era importante ter o teu vídeo também, que é uma questão regimental. Trinta segundos para concluir. **Natan Arend (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Pronto. Esse EVU é uma investida contra a própria cidade, ele é um investimento que não considera os princípios básicos da legislação urbanística, vão contra o planejamento urbano democrático da cidade, contra os cofres públicos que vão ser onerados pela implementação desse empreendimento. E vai estender a cidade, conforme já mencionado pelos os que me antecederam, a zona sul. Há de se respeitar os princípios da reforma urbana, cujo interesse público é função social da sociedade e precisamos de ética, porque a técnica está posta, tem vários Conselheiros que já discorreram sobre o assunto, mas qual vai ser a ética? Então, eu conclamo na votação aqui dos Conselheiros para que pensem na ética da aprovação disso, porque a técnica já foi posta, já foi exposta nos pareceres de vista que foram submetidos pelos Conselheiros. Era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Natan, pela contribuição. De imediato o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Bom, boa noite. Nessa ponderação eu faria ao empreendedor, ao investidor dessa obra, nós falamos e ouvimos o Rodolfo Fork trazendo a questão da ética. Se fosse respeitada a ética essa obra não se proporia, não haveria como fazer uma proposta dessa obra, considerando o princípio da ética, tão pouco a honestidade intelectual pode ser atendida, no caso dessa obra. E o respeito ao meio ambiente tão pouco ocorre se essa obra segue adiante. Nós tivemos, infelizmente, com a experiência do Parque Harmonia, onde nós debatemos muito que essa obra do Parque Harmonia não deveria ser realizada da forma como estava mencionada no âmbito do CMDUA e a cidadania porto-alegrense, rio-grandense, brasileira pode verificar a brutalidade como essa obra do Harmonia foi realizada. Então, a minha intervenção aqui vai no sentido de que nós não podemos votar favoráveis e poderíamos sugerir ao empreendedor, ao investidor para respeitar o princípio da ética, da honestidade intelectual, que ele levasse esses 428 ha do projeto do

Arado, para que nós ali fizéssemos um parque natural, um parque de preservação dessa área, porque Porto Alegre nos próximos anos precisará muito mais ainda nessa área como área de sobrevivência de todo o nosso núcleo habitacional. Essa é uma questão estratégica para Porto Alegre, por isso nós não podemos permitir que esse projeto siga adiante. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela sua contribuição. Na sequência o Conselheiro Ivan. **Ivan José da Silva (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. Só relembrando, então, conforme a minha fala há um mês e pouco atrás, só relembrando a questão da Lei nº 15.788/2021, onde empreendimentos do porte do Arado e também com as questões de indígenas e paisagísticas, teriam que passar pela METROPLAN. Só queria deixar essa questão aberta, eu represento aqui a METROPLAN, não é o meu voto como pessoa e sim como entidade. Então, conforme o nosso voto vai ser passado, este voto não vai refletir o que será analisado na anuência prévia. A gente entende que o que está sendo feito hoje é um rito, assim como EVU é uma etapa do processo, vai ter a anuência prévia e vai ter a aprovação do parcelamento do solo. Então, só deixar isso aberto, que a gente aguarda hoje, estamos no aguardo do empreendedor na questão da apresentação do projeto para nós, para a nossa análise da anuência prévia e fica em aberto para qualquer questão. O nosso voto não vai refletir na questão da anuência e sim só no EVU. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Ivan. Bem nesse sentido que a gente prestou os esclarecimentos no início, é a viabilidade urbanística, não se trata de fato da aprovação do parcelamento do solo, aí é exigida a anuência, que, necessariamente, vai ter que vir do órgão competente, nesse caso a METROPLAN, nos moldes que determina a lei de desenvolvimento urbano do Estado do Rio Grande do Sul. Conselheira Jussara na sequência inscrita. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu queria aqui, já que passou tanto tempo das nossas leituras de votos ressaltar alguns pontos que eu coloquei. Então, assim, um dos pontos que eu acho que é importante a gente ter presente, essa ação de que Porto Alegre não tem crescido, ao contrário, o censo mostrou que houve um decréscimo de população. Então, não há uma necessidade de novas áreas de uso intensivo, não vamos falar de áreas urbanas, de novas áreas de uso intensivo. E lembrando que o Plano Diretor está em plena revisão e que, portanto, podemos perfeitamente fazer essa discussão

sobre essa área desse porte, nessa área da cidade durante a revisão do Plano Diretor. Lembrando que também o empreendedor pode obter renda com essa área sem que passe pela revisão dessas áreas de uso intensivo, com outros tipos de empreendimentos que não loteamentos. Então, nada impede que tenha outro tipo de projeto para a cidade que até poderá gerar empregos mais qualificados, se tivesse ali, por exemplo, tipo um hotel para trabalhar com essas questões ambientais, sei lá. Bom, não vou aqui ficar perdendo tempo com essa discussão, mas existem projetos que poderiam ser feitos ali. E, finalmente, lembrando que foi uma das questões que eu apontei, que ainda que o empreendedor arque com algumas despesas referentes à ampliação, criação de novas estruturas para o Município, de vias, de ampliação de ETA e outras questões, o Município acaba tendo que arcar, por conta dessa extensão, a mesma extensão da via que vai ser feita, com a manutenção dessas estruturas e dos serviços, tipo serviço de coleta de resíduos, o próprio serviço de manutenção da rede pluvial, das próprias avenidas e outras coisas. Então, o Município ganha uma compensação no primeiro momento em obras, mas ao longo da vida e ao longo da história do Município ele vai ter que arcar com as despesas. Então, eu gostaria que os Conselheiros levassem em consideração isso, de que o plano está em revisão, ninguém está negando que se discuta o item, mas acho que não é esse o momento e que existem outras soluções possíveis. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara, pela contribuição ao debate. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já foram trazidas várias questões aqui e me admira muito que o nosso Secretário afirme aqui, textualmente, que ele só cumpriria algo se houvesse uma determinação judicial. Me parece que ele desconhece os princípios da administração, os princípios da precaução, os princípios da segurança jurídica, da legalidade, da motivação. Vamos lembrar que esse projeto está sendo colocado com a justificativa de que aquela região iria aumentar 70% da sua ocupação e que nós vamos utilizar, na verdade, para controlar a expansão. Não tem coisa mais falsa do que isso. Mas ele não conhece esses princípios e aí nós ficamos naquele discurso do que são narrativas e visões da cidade. Isso não tem nada a ver com a visão da cidade, Secretário, isso tem a ver com moral, ética e legalidade. É isso que nós temos que ver aqui. Vamos lembrar que essa expansão urbana traz ônus sim para o erário, ela não respeita aquilo que é previsto na Constituição Estadual, no seu artigo 177, porque não existem estudos para isso, nem sobre o impacto financeiro que isso vai reverter ao Município. Nós temos a questão que foi trazida, que nós

temos diretrizes e pareceres dados pela Secretaria de Saúde e pelo DMAE com base no EIA-RIMA que foi falso. Isso não foi esclarecido, não há nenhuma intenção de esclarecer. Mas aí é como o Secretário diz, que se eu pergunto "A" responde "B", eu vou estar sempre questionando, é porque ele não tem respostas para essas questões. Não é, Secretário? Mas como o senhor está com muita pressa para votar de qualquer jeito, independente da ética, da moral e da legalidade, vamos continuar esta votação aqui. Isto aqui não é um rito formal, infelizmente, como diz o nosso colega Conselheiro, isto aqui, na verdade, é uma análise. Se for só uma formalidade nós não temos porque estarmos aqui. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pelo seu sempre gentil relato, trazendo o seu ponto de vista, respeitamos isso, mas é importante a gente ressaltar, reforçar da legalidade, do trabalho sério do município, que foi feito nas diversas instâncias técnicas no âmbito da CAUGE, antes de ser submetido a esse debate político. Então, toda a questão de legalidade é feita pela competente Procuradoria Geral do Município. As análises ambientais pela representação ambiental, as análises urbanísticas pela representação de Planejamento Urbano, assim como mobilidade, água, esgoto, saúde. E o Município entendeu, nas suas diversas esferas, que o projeto atende as diretrizes da cidade, respeitando a todos os princípios, ditames legais, especialmente o princípio da precaução. Conselheira Claudete, falar em precaução a um processo que tramita há quase 10 anos beira, enfim, à maldade, eu diria assim, porque há bastante tempo que se debate esse processo. Temos visões distintas? Temos visões distintas, olhares diferentes, faz parte, é do processo, mas de fato ele vem se discutindo aí ao longo dos anos e com diversas tentativas judiciais, algumas exitosas, suspenderam, que anularam o processo de aprovação pela Câmara de Vereadores, houve um novo encaminhamento do Poder Executivo cumprindo todas as etapas. Enfim, é estritamente seguindo aquilo que prevê a legislação. Conselheiro Dal Molin, gostaria de finalizar? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, Conselheiros, colegas, vocês que nos ouvem. Eu gosto muito do debate, acho que o debate faz parte da democracia. Eu gosto muito quando os Conselheiros participam bastante das discussões aqui no Conselho, mas a gente tem que ter uma visão correta das coisas. Quando, por exemplo, o nosso amigo Engenheiro Vinícius, do SENGE, coloca que a cidade tem que ser inclusiva e democrática, sim ela tem que ser inclusiva, por isso que no projeto existem lotes desde 250 m² até 2.300 m². Democrática quando o regime urbanismo passa por uma Câmera de Vereadores, que representa a cidade e

que representa todos os porto-alegrenses, e determina um regime para uma região, isso é democracia e a vontade de uma Câmara de Vereadores que nos representa. Quando o nosso querido Engenheiro Vinícius fala que a cidade tem que ser compacta e densa, nessa ótica da compacta e densa, densidade também é uma variável econômica e ela não representa uma cidade densa e compacta, ela não representa que seja e que tenha qualidade de vida. E eu lembro aqui o Conselheiro da Região Seis anterior ao nosso querido Chico, o Nestor Nadruz, que era também, com todo o respeito, nós éramos oponentes, Nestor Nadruz dizia que na Cidade de Porto Alegre a zona sul deveria ser só para condomínios e a gente ter baixas densidades, que a gente deveria preservar a zona sul o máximo possível com baixas densidades e com condomínios. Ele era contra a verticalização e contra a compactação da zona sul. E hoje, surpreendentemente, eu vejo aqui vários colegas, até arquitetos, dizendo que não é adequado na zona sul a gente ter baixas densidades. [Sinalização de tempo esgotado]. Secretário, não vou conseguir defender o meu relato com 8 pessoas que fizeram os seus relatos e eu gostaria de conseguir defender o meu ponto de vista. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, por favor. Só para concluir. O senhor teve a oportunidade de fazer o relato, entendo que houve as manifestações mais diversas, mas os Conselheiros demais me cobram o tempo do debate de dois minutos e eu cobrei, até porque nós estamos em seguida chegando em 20 horas e precisamos colocar em votação. Então, por favor, conclua o seu raciocínio. Não é uma discricionariedade minha, Conselheiro, me desculpe! **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É que foram muitas coisas que foram faladas aqui que não representam a realidade da questão, Presidente, com todo respeito. Certo? Dizer que é economicamente inviável, que a mitigação teria que ser próxima, mas, então, fazer toda a revitalização da orla de Belém Novo fica por conta do empreendedor, o projeto de execução e manutenção, é como se fosse fazer um Belém Novo. Ao invés de ser Arado deveria ser Belém Novo Fase II. Porque toda a parte do planejamento, Belém Novo simplesmente vai indo em direção ao Arado vai ficando cada vez mais rarefeito. Tem uma Área de Proteção Ambiental de 93 ha, e agora vendo aqui que alguém falou, acho que foi o Mark, a área é três vezes e meia o Parque Farroupilha, que vai ter para área de preservação, um parque, sem falar naquela avenida que vai ter ali, que sai do Lami, são parques no meio das duas vias da avenida. [Sinalização de tempo esgotado]. Em relação também que ficam falando de legalidade, eu só ouço falar, só ouço as pessoas levantarem algumas ilações contra os

funcionários da Prefeitura, como se estivessem os funcionários fazendo ilegalidades, porque estão aprovando um EVU que foi exaustivamente analisado, Presidente. Então, eu não consigo ficar ouvindo todas essas que foram faladas. Eu analisei esse processo como Relator, eu analisei muito esse processo e muitas pessoas que falaram aqui não leram. O próprio Engenheiro Vinícius, com todo o respeito, eu acho que não leu o processo, como outras pessoas que se manifestaram aqui não leram! Ficam falando coisas que não conhecem. Então, falar em ética... [Sinalização de tempo esgotado]. Aqui nós temos que nos ater a parte técnica, eu posso defender tecnicamente aqui e posso mostrar para cada um dos meus colegas Conselheiros onde que eles se equivocaram, porque eu tenho 30 anos também de arquitetura só de formado, fora o que eu estudei também. Então, eu entendo, profundamente, não sei, caiu esse processo para eu relatar e digo, ele é extremamente adequado para a cidade, extremamente adequado. As densidades são extremamente baixas e o empreendedor que fosse fazer qualquer empreendimento urbanismo ia querer justamente ter uma alta densidade no seu projeto, porque ia ser muito mais barato. Ele não precisaria ficar gastando em fazer toda a revitalização da orla de Belém. E as pessoas que vão trabalhar ali, a gente pode ver pelo o que aconteceu no Terra Ville. [Sinalização de tempo esgotado]... Muitas pessoas ficam na região, isso é sustentabilidade, com empregos na região, não precisa ir até o Centro da cidade para ter emprego, vão ser fixadas na região. [Sinalização de tempo esgotado]. Isso é sustentabilidade da comunidade e eu fico impressionado com os meus colegas aqui falando que o bom é a cidade extremamente estruturada... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin... Conselheiro! Eu vou ter que lhe interromper na fala. Eu lhe agradeço a oportunidade aí. Eu sei que o debate ultrapassa os limites do tempo, mas como nós estamos avançando no horário de encerrar, vamos fazer a votação e os demais Conselheiros estão me cobrando. Por favor, eu tenho Questão de Ordem com relação à dúvida regimental, estritamente, que eu sei que é uma tentativa aí de postergar. Mas, por favor, qual é a dúvida regimental, Conselheiro Felisberto?; **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, a Claudete estava na minha frente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Mas, por favor, lhe ouvimos primeiro e depois eu passo para ela, para aproveitar o tempo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu entendo que é necessário ter o parecer, diante de todo o debate, da PGM sobre a aprovação desse EVU. Não dá para

votar. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheiro. Obrigado, Conselheiro. Compreendemos o seu entendimento, mas conforme já relatado a Procuradoria manifestou antes de ser remetido aqui o processo, fez a análise no âmbito da comissão. Conselheira Claudete, sua dúvida com relação ao regimento? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É uma Questão de Ordem, Secretário, e nem toda Questão de Ordem é do regimento. Eu gostaria, então, de verificar junto aos Conselheiros se alguém aqui tem algum vínculo de impedimento pessoal ou financeiro com a proponente. Essa é a primeira Questão de Ordem, se tem algum Conselheiro aqui presente que se declara impedido com relação a vínculo pessoal ou financeiro. Segundo... Posso terminar, Secretário? Eu sei que o senhor está com pressa. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode. Não é dúvida regimental, mas, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas é Questão de Ordem, isso depõe, na verdade, em prol do interesse público. Eu acho isso importante, pode não ser para o senhor, mas para a sociedade me parece importante. A segunda questão é se nós vamos mais uma vez aqui ignorar a OIT 169, que dispõe sobre a oitiva de comunidades tradicionais. É uma Questão de Ordem. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Respondendo especificamente, não há dúvida no regimento, todos os Conselheiros seguem e devem seguir aqueles preceitos ali estabelecidos e não há nenhuma disposição legal, em contrário. A instância judicial está instaurada com relação a eventual ocupação da área, o histórico, e não houve nenhuma orientação de tramitação diferente aqui do poder público. Senhores Conselheiros, passamos, então, à leitura dos votos. Eu começo com a representação do DEMHAB, a Doutora Cristiane Catarina, como vota? Favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL do Relator? **VOTAÇÃO: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Presidente, Conselheiros. Voto favorável ao parecer favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite a todos. Meu voto é favorável ao parecer do Conselheiro. **Ivan José da Silva (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite, Secretário. Então, o

meu voto pela METROPLAN é favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Favorável. **Fernanda Brito da Silveira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET:** Favorável. **Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Acompanho o Relator, Presidente. Favorável. **Rafael da Silveira Velho (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável, Presidente. **Joel Goldenfum (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Voto contrário. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária, com certeza. **Ricardo Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Valdir Fiorentin (2ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Contrário o voto do CAU. **Natan Arend (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O voto do IAB é contrário. **Vinícius Teixeira Galeazzi (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS:** Voto contrário. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** [Relator – Favorável]. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto contrário, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário, Secretário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Secretário, eu li o projeto, eu vou votar favorável. Vou acompanhar o Relator. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente e demais colegas. Eu voto favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** [Não encontra-se presente]. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite, meu voto é contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu me abstenho. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Voto contrário, Presidente. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Meu voto é favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Meu voto de abstenção.

Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro. Vou fazer a contagem aqui. Temos 10 votos contrários, 02 abstenções e 13 votos favoráveis. Nesse sentido, então, **APROVADO O EXPEDIENTE 4.08 DA PAUTA, PROCESSO 22.0.00091061-2, ARADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS**, a partir do relato do Conselheiro Dal Molin, Conselheiro Relator, que após a análise entendeu pela votação favorável. Senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade do convívio, do debate, após alguns anos de debate e evoluímos aí na aprovação desse empreendimento. Devemos, naturalmente, respeitar a posição da maioria. Esse é o entendimento representado através do voto dos Conselheiros eleitos, das entidades, do governo e nós, enquanto administração pública, seguiremos evoluindo no detalhamento desse projeto a partir da aprovação na data de hoje, tentando sempre construir o melhor para a Cidade de Porto Alegre. Um grande abraço e boa noite!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h08min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.